

caderno de
QUESTÕES



- Questões gabaritadas do Instituto AACP, selecionadas de acordo com os assuntos mais cobrados nos anos de 2022 a 2026 em provas de nível médio e superior.
- Conteúdo organizado por disciplinas.

1.000

QUESTÕES DE PROVAS INSTITUTO AACP

Português
Matemática, Estatística e RLM
Informática
Direito Constitucional e Direitos Humanos
Direito Administrativo

Direito Penal e Processual Penal
Direito Civil e Processual Civil
Lei de Licitações
Administração Geral e AFO
Redação Oficial

1.000

QUESTÕES PARA A

AOCP

APRESENTAÇÃO

O treino de questões, além de testar seus conhecimentos, é fundamental para compreender melhor o perfil da banca organizadora. Ao mesmo tempo em que você revisa a teoria estudada, pratica a metodologia da banca e cria uma rotina de estudos essencial para a sua preparação.

Pensando nisso, a série Caderno de Questões apresenta 1.000 questões gabaritadas da banca AOCF – Assessoria em Organização de Concursos Públicos LTDA, reunindo as questões mais recentes, organizadas conforme as disciplinas e os temas de maior incidência em concursos diversos, para os níveis médio e superior.

O material está dividido por disciplinas, de acordo com os assuntos mais cobrados entre 2022 e 2026, para que você conheça os principais pontos e a forma de abordagem da banca.

Neste material, você encontra, ainda, o gabarito oficial ao final de cada disciplina, para conferir suas resoluções.



AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.


**POR QUE
ADQUIRIR
A VERSÃO
COMPLETA?**

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.


**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO


PORTUGUÊS	19
→ ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS	19
→ ACENTUAÇÃO	20
→ USO DO HÍFEN	26
→ ADJETIVO	27
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS	28
→ LOCUÇÃO VERBAL	33
→ PREPOSIÇÃO	34
→ CONJUNÇÃO	35
→ SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS	45
→ SIGNIFICAÇÃO DE VOCÁBULO E EXPRESSÕES	51
→ TERMOS INTEGRANTES (OBJETO DIRETO E INDIRETO, COMPLEMENTO NOMINAL E AGENTE DA PASSIVA)	56
→ TERMOS ACESSÓRIOS (ADJUNTO ADNOMINAL, ADJUNTO ADVERBIAL E APOSTO). VOCATIVO	57
→ LORAÇÕES SUBORDINADAS ADJETIVAS	58
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADVERBIAIS	60
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS)	65
→ CRASE	67
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL)	70
→ COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES - PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES, ETC)	76
→ VARIAÇÕES DA LINGUAGEM: NÃO VERBAL, REGIONAL, HISTÓRICA, CONTEXTUAL. NEOLOGISMOS E ESTRANGEIRISMOS	80
→ FIGURAS DE LINGUAGEM	82
→ ELEMENTOS DA COMUNICAÇÃO E FUNÇÕES DA LINGUAGEM	86
→ PARTÍCULA “SE”	89
→ VOCÁBULO “QUE”	92
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO)	99
→ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL	116
→ REESCRITA DE FRASES. SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU TRECHOS DE TEXTO	119
→ GABARITO 	126

MATEMÁTICA, ESTATÍSTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO..... 129

→ ESTATÍSTICA - MÉDIA PARA DADOS NÃO AGRUPADOS.....	129
→ DESVIO PADRÃO E VARIÂNCIA.....	130
→ COEFICIENTE DE VARIAÇÃO E VARIÂNCIA RELATIVA	130
→ PROBLEMAS INTRODUTÓRIOS DE PROBABILIDADE: EVENTOS EQUIPROVÁVEIS E ABORDAGEM FREQUENTISTA.....	130
→ PROBABILIDADE DO EVENTO COMPLEMENTAR	131
→ CÁLCULO DE PROBABILIDADES USANDO ANÁLISE COMBINATÓRIA	131
→ MATEMÁTICA - DEFINIÇÃO, SUBCONJUNTOS, INCLUSÃO E PERTINÊNCIA, OPERAÇÕES, CONJUNTO DAS PARTES	132
→ NÚMERO DE ELEMENTOS DA UNIÃO, DA INTERSECÇÃO, DO COMPLEMENTO E DA DIFERENÇA	132
→ ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO DE NÚMEROS NATURAIS.....	134
→ DIVISIBILIDADE, NÚMEROS PRIMOS, FATORES PRIMOS, DIVISOR E MÚLTIPLO COMUM (MMC).....	134
→ FRAÇÕES E DÍZIMAS PERIÓDICAS.....	134
→ OPERAÇÕES COM NÚMEROS DECIMAIS.....	135
→ EXPRESSÕES ARITMÉTICAS	135
→ PROPORÇÕES. GRANDEZAS PROPORCIONAIS. DIVISÃO EM PARTES PROPORCIONAIS	135
→ REGRA DE TRÊS SIMPLES.....	136
→ REGRA DE TRÊS COMPOSTA.....	136
→ UNIDADES DE MEDIDA (DISTÂNCIA, MASSA, VOLUME, TEMPO, ETC)	139
→ ANÁLISE COMBINATÓRIA (PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA CONTAGEM, ARRANJOS, COMBINAÇÕES, PERMUTAÇÕES)	139
→ EQUAÇÕES DE PRIMEIRO GRAU	139
→ PROGRESSÃO ARITMÉTICA.....	140
→ FUNÇÃO DE PRIMEIRO GRAU	140
→ FUNÇÃO DE SEGUNDO GRAU	141
→ SISTEMAS LINEARES	141
→ QUADRILÁTEROS (PROPRIEDADES, ÁREA, PERÍMETRO, SOMA DOS ÂNGULOS, ETC).....	141
→ GEOMETRIA ESPACIAL	141
→ GEOMETRIA ANALÍTICA.....	142
→ RACIOCÍNIO LÓGICO - TABELA VERDADE DAS PROPOSIÇÕES COMPOSTAS	142
→ EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS (INCLUI NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES COMPOSTAS).....	143
→ ARGUMENTOS - MÉTODOS DECORRENTES DA TABELA VERDADE	145
→ DIAGRAMAS LÓGICOS, PROPOSIÇÕES CATEGÓRICAS, NEGAÇÃO DE QUANTIFICADORES	146
→ SEQUÊNCIAS DE NÚMEROS, FIGURAS, LETRAS E PALAVRAS.....	147
→ GABARITO 	147

INFORMÁTICA 149


→ MEMÓRIAS (RAM, ROM, CACHE, HD ETC.).....	149
→ BARRAMENTOS, PLACA-MÃE E BIOS	149
→ PERIFÉRICOS (DISPOSITIVOS DE ENTRADA E SAÍDA).....	150

→ WINDOWS 10.....	150
→ WINDOWS 11.....	151
→ WORD 2019.....	152
→ EXCEL 2019.....	152
→ POWERPOINT 2019	153
→ WRITER.....	154
→ MOZILLA FIREFOX.....	155
→ GOOGLE CHROME.....	156
→ SITES DE BUSCA (GOOGLE, BING, YAHOO, ETC.).....	156
→ AMEAÇAS (VÍRUS, WORMS, TROJANS, MALWARE, ETC.).....	157
→ FIREWALL E PROXY	158
→ ANTIVÍRUS E ANTISPYWARE	159
→ PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (SENHAS, AUTENTICAÇÃO ETC.).....	160
→ COMPACTADORES E DESCOMPACTADORES (WINZIP, WINRAR, ETC.)	160
→ GABARITO 	161

DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS 163


→ DIREITO CONSTITUCIONAL (CF/1988 E DOCTRINA) - DIREITO CONSTITUCIONAL: CONCEITO E FONTES. ESTADO, POVO, TERRITÓRIO, ETC.	163
→ FORMAS DE ESTADO E GOVERNO, SISTEMAS DE GOVERNO, SEPARAÇÃO DE PODERES. FREIO E CONTRAPESOS	163
→ PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS SENSÍVEIS, ESTABELECIDOS E EXTENSÍVEIS.....	164
→ CONSTITUIÇÃO: CONCEITO, ESTRUTURA, SUPREMACIA E CLASSIFICAÇÃO.....	164
→ EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	164
→ PODER CONSTITUINTE (ORIGINÁRIO, DERIVADO, REFORMADOR, REVISOR, DECORRENTE, ETC).....	164
→ MÉTODOS E PRINCÍPIOS DE INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	165
→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988).....	165
→ CARACTERÍSTICAS (DIREITOS FUNDAMENTAIS).....	165
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988).....	165
→ HABEAS CORPUS	166
→ MANDADO DE SEGURANÇA.....	166
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988)	167
→ DIREITOS COLETIVOS DOS TRABALHADORES (ARTS. 8º A 11 DA CF/1988).....	167
→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS)	167
→ DISTINÇÕES CONSTITUCIONAIS ENTRE BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS.....	168
→ PERDA DA NACIONALIDADE	168
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE	168
→ INELEGIBILIDADES (DIREITOS POLÍTICOS).....	168
→ UNIÃO: BENS E COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS, PRIVATIVAS, COMUNS E CONCORRENTES (ARTS. 20 A 24 DA CF/1988).....	168
→ ESTADOS FEDERADOS - ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIAS, BENS (ARTS. 25 A 28 DA CF/1988).....	169

→ MUNICÍPIOS - ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS (ARTS. 29 A 31 DA CF/1988).....	169
→ DOS SERVIDORES PÚBLICOS (ARTS. 39 A 41 DA CF/1988).....	169
→ DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL (ARTS. 48 A 50 DA CF/1988).....	169
→ DOS DEPUTADOS E SENADORES (ARTS. 53 A 56 DA CF/1988).....	170
→ DA EMENDA À CONSTITUIÇÃO (ART. 60 DA CF/1988).....	170
→ COMPETÊNCIAS PARA FISCALIZAÇÃO E TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (ARTS. 70 A 73 DA CF/1988)	170
→ DO PRESIDENTE E VICE PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ARTS. 76 A 83 DA CF/1988)	170
→ DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ART. 84 DA CF/1988).....	170
→ DA RESPONSABILIDADE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ARTS. 85 E 86 DA CF/1988).....	171
→ ADVOCACIA PRIVADA E DEFENSORIA PÚBLICA (ARTS. 133 A 135 DA CF/1988).....	171
→ ESTADO DE DEFESA E DE SÍTIO (ARTS. 136 A 141 DA CF/1988).....	171
→ SEGURANÇA PÚBLICA (ART. 144 DA CF/1988)	172
→ DOS ORÇAMENTOS (FINANÇAS PÚBLICAS, ARTS. 165 A 169 DA CF/1988)	172
→ PRINCÍPIOS GERAIS DA ORDEM ECONÔMICA (ARTS. 170 A 172 E 175 A 181 DA CF/1988).....	172
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (SEGURIDADE SOCIAL, ARTS. 194 E 195 DA CF/1988)	173
→ DA SAÚDE (ARTS. 196 A 200 DA CF/1988)	173
→ DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO (ARTS. 205 A 217 DA CF/1988).....	173
→ DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (ARTS. 218 E 219 DA CF/1988).....	174
→ DO MEIO AMBIENTE (ART. 225 DA CF/1988)	174
→ DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO (ARTS. 226 A 230 DA CF/1988).....	174
→ DIREITOS HUMANOS - CONCEITOS, HISTÓRICO E GERAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS.....	175
→ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH)	175
→ PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS (PIDCP)	175
→ INCORPORAÇÃO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DH AO DIREITO BRASILEIRO. POSIÇÃO HIERÁRQUICA.....	175
→ AGENDA 2030 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	176
→ DEVERES DOS ESTADOS E DIREITOS PROTEGIDOS (ARTS. 1º A 32 DA CADH-OAS).....	176
→ CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL (DEC. Nº 65.810)	176
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º AO 3º DA LEI Nº 13.146/2015).....	176
→ DA IGUALDADE E DA NÃO DISCRIMINAÇÃO (ARTS. 4º AO 9º DA LEI Nº 13.146/2015).....	176
→ DO DIREITO À MORADIA (ARTS. 31 A 33 DA LEI Nº 13.146/2015).....	177
→ DO DIREITO AO TRABALHO (ARTS. 34 A 38 DA LEI Nº 13.146/2015)	177
→ DO DIREITO AO TRANSPORTE E À MOBILIDADE (ARTS. 46 A 52 DA LEI Nº 13.146/2015).....	177
→ DA ACESSIBILIDADE (ARTS. 53 AO 76 DA LEI Nº 13.146/2015).....	177
→ DO ACESSO À JUSTIÇA (ARTS. 79 A 87 DA LEI Nº 13.146/2015).....	177
→ LEI Nº 10.216/2001 - DIREITOS E PROTEÇÃO DAS PESSOAS PORTADORAS DE TRANSTORNO MENTAL	178
→ DIREITO DAS MULHERES NO BRASIL.....	178
→ LEI Nº 10.048/2000 - ATENDIMENTO PRIORITÁRIO	178
→ LEI Nº 10.098/2000 - ACESSIBILIDADE DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA.....	178
→ DECRETO Nº 5.296/2004 - REGULAMENTA AS LEIS Nº 10.048/2000 E Nº 10.098/2000	178

→ DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	179
→ DECRETO Nº 7.053/2009 - POLÍTICA NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	179
→ GABARITO 	179


DIREITO ADMINISTRATIVO 181

→ ORIGEM, CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	181
→ PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS.....	181
→ PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS	182
→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS).....	182
→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	182
→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO	182
→ DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO (ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO, CADUCIDADE, CONTRAPOSIÇÃO).....	183
→ PODER DISCIPLINAR	183
→ PODER DE POLÍCIA	183
→ ABUSO DE PODER: EXCESSO DE PODER E DESVIO DE FINALIDADE (PODERES DA ADMINISTRAÇÃO).....	183
→ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	184
→ DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....	184
→ LEI Nº 13.303/2016 - ESTATUTO JURÍDICO DA EP E SEM (ARTS. 1º A 27)	184
→ CONCEITOS (SERVIÇOS PÚBLICOS - LEI Nº 8.987/1995).....	185
→ CLASSIFICAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	185
→ PRINCÍPIOS (SERVIÇOS PÚBLICOS - LEI Nº 8.987/1995)	185
→ DEVERES E DIREITOS (USUÁRIOS, CONCEDENTE, CONCESSIONÁRIA, LICITAÇÕES - LEI Nº 8.987/1995).....	185
→ AUTORIZAÇÃO, PERMISSÃO E CONCESSÃO (SERVIÇOS PÚBLICOS - LEI Nº 8.987/1995).....	185
→ FORMAS DE EXTINÇÃO (SERVIÇOS PÚBLICOS - LEI Nº 8.987/1995).....	186
→ CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS	186
→ LEI Nº 11.079/2004 - PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP).....	186
→ LEI Nº 11.107/2005 - NORMAS GERAIS DE CONTRATAÇÃO DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS.....	186
→ LEI Nº 13.019/2014 - ESTATUTO DAS PARCERIAS	186
→ LEI Nº 13.460/2017 - DIREITOS BÁSICOS DO USUÁRIO DO SERVIÇO PÚBLICO	187
→ DECRETO Nº 9.094/2017 - SIMPLIFICAÇÃO E RACIONALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS.....	187
→ CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO: CONCEITOS, PRINCÍPIOS, ABRANGÊNCIA E CLASSIFICAÇÕES.....	187
→ CONTROLE ADMINISTRATIVO (DIREITO ADMINISTRATIVO).....	187
→ PARLAMENTAR INDIRETO (TRIBUNAIS DE CONTAS E CONTROLE TÉCNICO-FINANCEIRO).....	187
→ CONTROLE JURISDICIONAL.....	187
→ DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO (ARTS. 8º A 15 DA LEI Nº 12.846/2013).....	188
→ DO ACORDO DE LENIÊNCIA (ARTS. 16 E 17 DA LEI Nº 12.846/2013).....	188
→ CLASSIFICAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS	188
→ CARACTERÍSTICAS DOS BENS PÚBLICOS	188
→ AFETAÇÃO E DESAFETAÇÃO (BENS PÚBLICOS)	188

→ FORMAS DE UTILIZAÇÃO DE BENS PÚBLICOS.....	188
→ CONCEITO PARA AGENTES PÚBLICOS	189
→ CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS	189
→ FUNÇÕES, CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS.....	189
→ CONCURSO PÚBLICO	189
→ ESTABILIDADE E ESTÁGIO PROBATÓRIO	190
→ REMUNERAÇÃO (COMPONENTES, SUBSÍDIO, TETO, EQUIPARAÇÃO, VINCULAÇÃO, IRREDUTIBILIDADE, ETC).....	190
→ MANDATO ELETIVO (ART. 38 DA CF).....	190
→ REGIME PREVIDENCIÁRIO (APOSENTADORIA, PENSÃO, RPPS).....	190
→ FORMAS DE PROVIMENTO (ARTS. 5º A 32 DA LEI Nº 8.112/1990).....	190
→ DAS VANTAGENS: INDENIZAÇÕES (ARTS. 49 A 60-E DA LEI Nº 8.112/1990).....	191
→ DAS LICENÇAS, AFASTAMENTOS E CONCESSÕES (ARTS. 81 A 99 DA LEI Nº 8.112/1990).....	191
→ DO REGIME DISCIPLINAR (ARTS. 116 A 142 DA LEI Nº 8.112/1990).....	191
→ DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (ARTS. 143 A 182 DA LEI Nº 8.112/1990)	192
→ LEI Nº 8.745/1993 - CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA	192
→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 8º-A DA LEI Nº 8.429/1992).....	192
→ DOS ATOS DE IMPROBIDADE (ARTS. 9º A 11 DA LEI Nº 8.429/1992).....	193
→ DAS PENAS (ART. 12 DA LEI Nº 8.429/1992).....	193
→ DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DO PROCESSO JUDICIAL (ARTS. 14 A 18-A DA LEI Nº 8.429/1992).....	193
→ DA PRESCRIÇÃO (ARTS. 23 A 23-C DA LEI Nº 8.429/1992)	194
→ DISPOSIÇÕES GERAIS, DIREITOS E DEVERES DO ADMINISTRADO (ARTS. 1º A 4º DA LEI Nº 9.784/1999).....	194
→ TRÂMITE DO PROCESSO (ARTS. 5º A 10 E 29 A 50 DA LEI Nº 9.784/1999).....	194
→ DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO (ARTS. 18 A 21 DA LEI Nº 9.784/1999).....	195
→ FORMA, TEMPO E LUGAR DOS ATOS DO PROCESSO (ARTS. 22 A 25 DA LEI Nº 9.784/1999).....	195
→ DA ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO E CONVALIDAÇÃO (ARTS. 53 A 55 DA LEI Nº 9.784/1999).....	195
→ DO RECURSO ADMINISTRATIVO E DA REVISÃO (ARTS. 56 A 65 DA LEI Nº 9.784/1999)	195
→ LEI Nº 13.303/2016 - DAS LICITAÇÕES (ARTS. 28 A 90).....	196
→ REGULAMENTOS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DE OUTRAS ENTIDADES (SEBRAE, ABDI, TELEBRAS, ETC.).....	196
→ PRESCRIÇÃO E COISA JULGADA ADMINISTRATIVA.....	196
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 5º DA LEI Nº 12.527/2011).....	197
→ DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO (ARTS. 6º A 9º DA LEI Nº 12.527/2011)	197
→ DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 10 A 20 DA LEI Nº 12.527/2011).....	197
→ DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 21 A 31 DA LEI Nº 12.527/2011)	197
→ DAS RESPONSABILIDADES (ARTS. 32 A 34 DA LEI Nº 12.527/2011)	198
→ GABARITO 	198


DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL	199
→ CONCEITOS, OBJETO, TEORIAS E EVOLUÇÃO DO DIREITO PENAL	199
→ PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E ANTERIORIDADE PENAL E DEMAIS PRINCÍPIOS DECORRENTES (ART. 1º DO CP).....	199
→ PRINCÍPIOS MODERNOS DE DIREITO PENAL.....	199
→ CONFLITOS DE LEIS PENAIS NO TEMPO (ARTS. 1º E 2º DO CP).....	199
→ LEI EXCEPCIONAL OU TEMPORÁRIA (ART. 3º DO CP).....	200
→ CONFLITO APARENTE DE NORMAS PENAIS (ART. 12 DO CP)	200
→ PRINCÍPIO DA EXTRATERRITORIALIDADE (ART. 7º DO CP).....	200
→ AÇÃO E OMISSÃO (ART. 13, § 2º, DO CP)	201
→ DOLO, CULPA E PRETERDOLO (ARTS. 18 E 19 DO CP).....	201
→ ERRO DE TIPO (ART. 20 DO CP)	201
→ TIPICIDADE E RESULTADO	201
→ DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA (ART. 15 DO CP).....	201
→ ARREPENDIMENTO EFICAZ (ART. 15 DO CP)	202
→ DIREITO PENAL - ARREPENDIMENTO POSTERIOR (ART. 16 DO CP)	202
→ LEGÍTIMA DEFESA (ART. 25 DO CP).....	202
→ IMPUTABILIDADE PENAL (ARTS. 26 A 28 DO CP).....	202
→ CONCURSO DE PESSOAS (ARTS. 29 A 31 DO CP).....	202
→ CLASSIFICAÇÕES DOS CRIMES	203
→ PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE: ESPÉCIES, REGIMES E PROGRESSÃO (ARTS. 32 A 42 E 53 DO CP)	203
→ DA APLICAÇÃO DA PENA (ARTS. 59 A 68 DO CP).....	203
→ CONCURSO DE CRIMES (ARTS. 69 A 76 DO CP).....	203
→ EFEITOS DA CONDENAÇÃO (ARTS. 91 A 92 DO CP).....	204
→ DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA E DA REABILITAÇÃO (ARTS. 93 A 99 DO CP).....	204
→ DA AÇÃO PENAL (ARTS. 100 A 106 DO CP)	204
→ CAUSAS DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE (ARTS. 107 E 120 DO CP)	204
→ DA PRESCRIÇÃO (ARTS. 108 A 119 DO CP).....	204
→ HOMICÍDIO (ART. 121 DO CP)	205
→ FEMINICÍDIO (ART. 121-A DO CP)	205
→ INDUZIMENTO, INSTIGAÇÃO OU AUXÍLIO A SUICÍDIO OU A AUTOMUTILAÇÃO (ART. 122 DO CP)	205
→ DAS LESÕES CORPORAIS (ART. 129 DO CP).....	206
→ DOS CRIMES CONTRA A HONRA (ARTS. 138 A 145 DO CP)	206
→ DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE PESSOAL (ARTS. 146 A 149-A DO CP)	206
→ DOS CRIMES CONTRA A INVIOABILIDADE DOS SEGREDOS (ARTS. 153 A 154-B DO CP).....	206
→ DO ROUBO E DA EXTORSÃO (ARTS. 157 A 160 DO CP)	206
→ DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL E DA EXPOSIÇÃO DA INTIMIDADE SEXUAL (ARTS. 213 A 216-B DO CP).....	207
→ CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DOS MEIOS DE TRANSPORTE E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS (ARTS. 260 A 266 DO CP).....	207
→ EMISSÃO DE TÍTULO AO PORTADOR SEM PERMISSÃO LEGAL (ART. 292 DO CP).....	207

→ FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO (ART. 297 DO CP).....	207
→ FALSIDADE IDEOLÓGICA (ART. 299 DO CP).....	207
→ FRAUDES EM CERTAMES DE INTERESSE PÚBLICO (ART. 311-A DO CP)	208
→ PECULATO (ART. 312 DO CP).....	208
→ PECULATO MEDIANTE ERRO DE OUTREM (ART. 313 DO CP).....	208
→ CONCUSSÃO E EXCESSO DE EXAÇÃO (ART. 316 DO CP).....	208
→ CORRUPÇÃO PASSIVA (ART. 317 DO CP).....	209
→ PREVARICAÇÃO (ARTS. 319 E 319-A DO CP).....	209
→ CONDESCENDÊNCIA CRIMINOSA (ART. 320 DO CP).....	209
→ ADVOCACIA ADMINISTRATIVA (ART. 321 DO CP).....	209
→ EXERCÍCIO FUNCIONAL ILEGALMENTE ANTECIPADO OU PROLONGADO (ART. 324 DO CP).....	209
→ DESOBEDIÊNCIA (ART. 330 DO CP).....	210
→ DENUNCIÇÃO CALUNIOSA (ART. 339 DO CP).....	210
→ DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO (ARTS. 359-I A 359-T DO CP).....	210
→ PROCESSO PENAL, SEUS SISTEMAS E PRINCÍPIOS.....	210
→ INQUÉRITO POLICIAL (ARTS. 4º A 23 DO CPP)	211
→ DA AÇÃO PENAL (ARTS. 24 A 62 DO CPP)	211
→ DA AÇÃO CIVIL EX DELICTO (ARTS. 63 A 68 DO CPP).....	211
→ CRITÉRIO DE FIXAÇÃO DE COMPETÊNCIA.....	211
→ PRORROGAÇÃO DE COMPETÊNCIA (CONEXÃO E CONTINÊNCIA)	211
→ DO EXAME DE CORPO DE DELITO, DA CADEIA DE CUSTÓDIA E DAS PERÍCIAS EM GERAL (ARTS. 158 A 184 DO CPP)	212
→ DAS TESTEMUNHAS (ARTS. 202 A 225 DO CPP).....	212
→ DA ACAREAÇÃO (ARTS. 229 A 230 DO CPP).....	212
→ DOS DOCUMENTOS (ARTS. 231 A 238 DO CPP).....	212
→ DOS INDÍCIOS (ART. 239 DO CPP).....	212
→ DA BUSCA E APREENSÃO (ARTS. 240 A 250 DO CPP).....	213
→ DO JUIZ (ARTS. 251 A 256 DO CPP)	213
→ DOS ASSISTENTES (ARTS. 268 A 273 DO CPP)	213
→ DIREITO PROCESSUAL PENAL - DA PRISÃO EM FLAGRANTE (ARTS. 301 A 310 DO CPP).....	213
→ DA PRISÃO PREVENTIVA (ARTS. 311 A 316 DO CPP)	213
→ DA PRISÃO DOMICILIAR (ARTS. 317 E 318 DO CPP).....	214
→ DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO (ARTS. 319 A 320 DO CPP).....	214
→ DA LIBERDADE PROVISÓRIA, COM OU SEM FIANÇA (ARTS. 321 A 350 DO CPP).....	214
→ FASE POSTULATÓRIA (ARTS. 395 A 397 DO CPP).....	214
→ FASE DECISÓRIA E SENTENÇA PENAL (ARTS. 381 A 392 DO CPP)	214
→ PROCEDIMENTO DOS CRIMES DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI (ARTS. 406 A 497 DO CPP)	214
→ NULIDADES PROCESSUAIS PENAIS (ARTS. 563 A 573 DO CPP).....	215
→ TEORIA GERAL DOS RECURSOS CRIMINAIS (DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE RECURSOS)	215
→ DA APELAÇÃO (ARTS. 593 A 603 DO CPP).....	215
→ DA REVISÃO CRIMINAL (ARTS. 621 A 631 DO CPP)	215

→ HABEAS CORPUS (ARTS. 647 A 667 DO CPP).....	215
→ JUIZ DAS GARANTIAS (ARTS. 3º-A A 3º-F DO CPP).....	216
→ GABARITO 	216


DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL 217

→ DIREITO CIVIL - DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE (ARTS. 1º A 10).....	217
→ DISPOSIÇÕES GERAIS - PESSOAS JURÍDICAS (ARTS. 40 A 52).....	217
→ DAS FUNDAÇÕES (ARTS. 62 A 69).....	218
→ DOMICÍLIO DAS PESSOAS NATURAIS E JURÍDICAS (ARTS. 70 A 78)	218
→ CLASSIFICAÇÃO DOS BENS (ARTS. 79 A 97).....	219
→ BENS PÚBLICOS (ARTS. 98 A 103).....	219
→ NEGÓCIO JURÍDICO. CLASSIFICAÇÕES. DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 104 A 114)	219
→ DEFEITOS OU VÍCIOS DO NEGÓCIO JURÍDICO (ARTS. 138 A 165).....	220
→ INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO (ARTS. 166 A 184).....	220
→ PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA (ARTS. 189 A 211).....	220
→ DA MORA (ARTS. 394 A 401)	221
→ DOS VÍCIOS REDIBITÓRIOS (ARTS. 441 A 446).....	221
→ DA COMPRA E VENDA (ARTS. 481 A 532)	221
→ DA RESPONSABILIDADE CIVIL (ARTS. 927 A 954)	221
→ DOS EFEITOS DA POSSE (ARTS. 1.210 A 1.222).....	221
→ DA PROPRIEDADE EM GERAL (ARTS. 1.228 A 1.237)	221
→ DA AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMÓVEL - USUCAPIÃO, ACESSÃO E REGISTRO (ARTS. 1.238 A 1.259).....	222
→ DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO (ARTS. 1.591 A 1.638).....	222
→ DO REGIME DE BENS ENTRE OS CÔNJUGES (ARTS. 1.639 A 1.688).....	222
→ DOS ALIMENTOS (ARTS. 1.694 A 1.710).....	222
→ DA CURATELA (ARTS. 1.767 A 1.783)	223
→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DAS SUCESSÕES (ARTS. 1.784 A 1.790).....	223
→ DA HERANÇA E DE SUA ADMINISTRAÇÃO (ARTS. 1.791 A 1.797).....	223
→ DA ORDEM DA VOCAÇÃO HEREDITÁRIA (ARTS. 1.829 A 1.844).....	223
→ DOS HERDEIROS NECESSÁRIOS (ARTS. 1.845 A 1.850)	223
→ DO TESTAMENTO EM GERAL (ARTS. 1.857 A 1.859).....	224
→ DIREITO PROCESSUAL CIVIL - INTRODUÇÃO: TEORIAS, HISTÓRICO, NATUREZA E CONCEITO DO PROCESSO CIVIL.....	224
→ PRINCÍPIOS PROCESSUAIS CIVIS (ARTS. 1º A 12 E CF/1988).....	224
→ DOS LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL E DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL (ARTS. 21 A 41)	224
→ DA COMPETÊNCIA INTERNA (ARTS. 42 A 69).....	224
→ DA CAPACIDADE PROCESSUAL (ARTS. 70 A 76)	225
→ DOS DEVERES DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES (ARTS. 77 A 102).....	225
→ DO LITISCONSÓRCIO (ARTS. 113 A 118).....	225
→ DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS (ARTS. 119 A 138).....	226
→ DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO (ARTS. 144 A 148)	226

→ DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA (ART. 149 A 175).....	226
→ DO MINISTÉRIO PÚBLICO (ARTS. 176 A 181).....	226
→ DA FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS (ARTS. 188 A 211).....	227
→ DOS PRAZOS (ARTS. 218 A 235).....	227
→ DAS NULIDADES (ARTS. 276 A 283).....	228
→ DA TUTELA PROVISÓRIA (ARTS. 294 A 311).....	228
→ DA PETIÇÃO INICIAL (ARTS. 319 A 331).....	228
→ DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO (ART. 334).....	228
→ DA CONTESTAÇÃO (ARTS. 335 A 342).....	229
→ DA RECONVENÇÃO (ART. 343).....	229
→ DA REVELIA (ARTS. 344 A 346).....	229
→ DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA (ARTS. 485 A 508).....	229
→ DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA (ARTS. 513 A 538).....	230
→ DOS EMBARGOS DE TERCEIRO (ARTS. 674 A 681).....	230
→ DA AÇÃO MONITÓRIA (ARTS. 700 A 702).....	230
→ DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA (ARTS. 824 A 909).....	231
→ DA EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (ART. 910).....	231
→ DA ORDEM DOS PROCESSOS NO TRIBUNAL (ARTS. 929 A 946).....	231
→ DISPOSIÇÕES GERAIS - RECURSOS (ARTS. 994 A 1.008).....	231
→ DO AGRAVO DE INSTRUMENTO (ARTS. 1.015 A 1.020).....	232
→ DO AGRAVO INTERNO (ART. 1.021).....	232
→ DOS RECURSOS PARA O STF E STJ (ARTS. 1.027 A 1.044).....	232
→ GABARITO 	233


LEI DE LICITAÇÕES..... 235


→ DIREITO ADMINISTRATIVO (DOCTRINA E LEIS FEDERAIS) - DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO, DEFINIÇÕES E AGENTES PÚBLICOS (ARTS. 1º A 4º, 6º A 10 DA LEI Nº 14.133/2021).....	235
→ PRINCÍPIOS (ART. 5º DA LEI Nº 14.133/2021).....	236
→ OBJETIVOS, FASES E FORMALIDADES (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 14.133/2021).....	236
→ INSTRUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO (ARTS. 18 A 27 DA LEI Nº 14.133/2021).....	237
→ MODALIDADES DE LICITAÇÃO (ARTS. 28 A 32 DA LEI Nº 14.133/2021).....	237
→ CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (ARTS. 33 A 39 DA LEI Nº 14.133/2021).....	237
→ DISPOSIÇÕES SETORIAIS, COMPRAS, SERVIÇOS (ARTS. 40 A 52 DA LEI Nº 14.133/2021).....	237
→ FASES DA LICITAÇÃO - JULGAMENTO, HABILITAÇÃO E ENCERRAMENTO (ARTS. 55 A 71 DA LEI Nº 14.133/2021).....	238
→ CONTRATAÇÃO DIRETA, INEXIGIBILIDADE E DISPENSA (ARTS. 72 A 75 DA LEI Nº 14.133/2021).....	238
→ ALIENAÇÕES (ARTS. 76 E 77 DA LEI Nº 14.133/2021).....	238
→ INSTRUMENTOS AUXILIARES (ARTS. 78 A 88 DA LEI Nº 14.133/2021).....	238
→ CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 89 A 95 DA LEI Nº 14.133/2021).....	238
→ GARANTIAS (ARTS. 96 A 102 DA LEI Nº 14.133/2021).....	239
→ PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO (ART. 104 DA LEI Nº 14.133/2021).....	239

→ DURAÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 105 A 114 DA LEI Nº 14.133/2021).....	239
→ EXECUÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 115 A ART. 123 DA LEI Nº 14.133/2021)	240
→ ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS (ART. 124 A 136 DA LEI Nº 14.133/2021).....	240
→ HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 137 A 139 DA LEI Nº 14.133/2021)	240
→ RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO (ART. 140 DA LEI Nº 14.133/2021).....	240
→ PAGAMENTOS (ARTS. 141 A 146 DA LEI Nº 14.133/2021)	240
→ INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ARTS. 155 A 163 DA LEI Nº 14.133/2021).....	240
→ IMPUGNAÇÕES, PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E RECURSOS (ARTS. 164 A 168 DA LEI Nº 14.133/2021).....	241
→ CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES (ARTS. 169 A 173 DA LEI Nº 14.133/2021)	242
→ PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - PNCP (ARTS. 174 A 176 DA LEI Nº 14.133/2021).....	242
→ DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS (ARTS. 181 A 194 DA LEI Nº 14.133/2021)	242
→ GABARITO 	243

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA E AFO245

→ ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA - ORGANIZAÇÃO (INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO).....	245
→ PROCESSO ORGANIZACIONAL E FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS	245
→ ACCOUNTABILITY E TRANSPARÊNCIA.....	245
→ INTRODUÇÃO AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO (DIRETRIZES, PRINCÍPIOS, CARACTERÍSTICAS, ETAPAS, NÍVEIS).....	246
→ PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	246
→ DIAGNÓSTICO DE AMBIENTE ORGANIZACIONAL - MATRIZ SWOT	246
→ BALANCED SCORECARD (BSC)	246
→ DESENHO ORGANIZACIONAL (CONCEITOS, TIPOS, CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO).....	246
→ REPRESENTAÇÕES GRÁFICAS (OSM).....	247
→ LIDERANÇA	247
→ PROCESSO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO.....	247
→ INTRODUÇÃO AO COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL (DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS).....	247
→ CULTURA ORGANIZACIONAL.....	247
→ MOTIVAÇÃO.....	248
→ COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE GESTÃO	248
→ CONCEITOS GERAIS SOBRE GESTÃO POR PROCESSOS.....	248
→ CONCEITO, PRINCÍPIOS, FUNDAMENTOS E EVOLUÇÃO DA QUALIDADE.....	248
→ QUALIDADE NO ATENDIMENTO AO PÚBLICO	249
→ A ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS	249
→ GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	249
→ SUBSISTEMAS DE GESTÃO DE PESSOAS.....	249
→ SELEÇÃO (GESTÃO DE PESSOAS)	249
→ ANÁLISE E DESENHO DE CARGOS.....	249
→ DESEMPENHO	250
→ REMUNERAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO GERAL).....	250

→ TREINAMENTO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO (TDEE).....	250
→ ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO.....	250
→ SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (SIG)	250
→ GESTÃO POR COMPETÊNCIAS	250
→ ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	251
→ RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA.....	251
→ AFO, DIREITO FINANCEIRO E CONTABILIDADE PÚBLICA - TÉCNICAS/ESPÉCIES ORÇAMENTÁRIAS (ORÇAMENTO PROGRAMA, TRADICIONAL, PARTICIPATIVO, BASE ZERO, ETC).....	251
→ PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS	251
→ LOA - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (CF/1988 E LEI Nº 4.320/1964).....	251
→ CONCEITOS GERAIS (ORÇAMENTÁRIA E EXTRAORÇAMENTÁRIA, AFETAÇÃO PATRIMONIAL, REGULARIDADE, COERCITIVIDADE)	252
→ CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA DA RECEITA	252
→ ESTÁGIOS DA RECEITA PÚBLICA.....	252
→ CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA.....	252
→ RESTOS A PAGAR (RAP).....	252
→ REGIME DE ADIANTAMENTO	253
→ CONCEITOS, OBJETO, OBJETIVOS E CAMPO DE APLICAÇÃO (ESTRUTURA CONCEITUAL - PREFÁCIO E CAPS. 1 A 4).....	253
→ PATRIMÔNIO PÚBLICO	253
→ VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	253
→ BASES DE MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS (MCASP E NBC TSP EC).....	253
→ ESTOQUES (MCASP E NBC TSP 04)	254
→ ATIVO IMOBILIZADO (MCASP E NBC TSP 07)	254
→ REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (MCASP, NBC TSP 09 E 10).....	254
→ DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO (NBC TSP 07, MCASP, ETC.)	254
→ PROVISÕES, PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES (MCASP E NBC TSP 03).....	254
→ PLANO DE CONTAS (PCASP).....	254
→ ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL PÚBLICA.....	255
→ BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (MCASP E NBC TSP 13).....	255
→ BALANÇO FINANCEIRO	256
→ BALANÇO PATRIMONIAL (AFO E CPU)	256
→ DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA (MCASP E NBC TSP 12)	257
→ NBC TSP 34 - CUSTOS NO SETOR PÚBLICO	257
→ DESPESAS COM PESSOAL E SEGURIDADE SOCIAL (ARTS. 18 A 24 DA LRF)	257
→ DEFINIÇÕES, LIMITES E RECONDUÇÃO DA DÍVIDA (ARTS. 29 A 31 DA LRF).....	257
→ PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS (RPPS, FUNDEB ETC.)	258
→ GABARITO 	258

REDAÇÃO OFICIAL.....	259
→ DEFINIÇÃO E ATRIBUTOS DA REDAÇÃO OFICIAL.....	259
→ CONCEITOS, USO E CONCORDÂNCIA (PRONOMES DE TRATAMENTO).....	260
→ VOCATIVOS	262
→ FECHOS E IDENTIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO	262
→ DEFINIÇÃO DE PADRÃO OFÍCIO E DOCUMENTOS.....	262
→ PARTES DO DOCUMENTO (PADRÃO OFÍCIO)	262
→ FORMATAÇÃO (PÁGINAS, TEXTO, NUMERAÇÃO).....	262
→ EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E MENSAGEM	262
→ CORREIO ELETRÔNICO (REDAÇÃO OFICIAL).....	262
→ VARIAÇÕES DOS DOCUMENTOS OFICIAIS.....	263
→ LEI COMPLEMENTAR Nº 95/1998 - ATOS NORMATIVOS.....	263
→ ATOS NORMATIVOS NO MANUAL DE REDAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (MRPR).....	263
→ ORTOGRAFIA E GRAMÁTICA (REDAÇÃO OFICIAL).....	264
→ ATAS (REDAÇÃO OFICIAL)	266
→ CARTA (REDAÇÃO OFICIAL)	266
→ CERTIDÃO (REDAÇÃO OFICIAL).....	267
→ PORTARIA (REDAÇÃO OFICIAL).....	267
→ RELATÓRIO (REDAÇÃO OFICIAL)	267
→ GABARITO 	267

PORTUGUÊS

→ ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS

1. (Instituto AOCP – 2025)

Tecnologia inspirada no cérebro pode acelerar diagnóstico de doenças raras

Por CNN Brasil

Sistema inovador cruza dados médicos e genéticos, identifica padrões ocultos e pode reduzir o tempo de espera para conclusão do quadro

Identificar doenças raras no Brasil e no mundo ainda é um desafio para médicos e uma angústia constante para milhares de famílias. Muitas dessas condições são genéticas, complexas e pouco conhecidas, o que dificulta o diagnóstico correto e pode levar anos de incerteza. No entanto, uma tecnologia inovadora, inspirada no funcionamento do cérebro humano, começa a mudar esse cenário e promete acelerar o processo diagnóstico: trata-se dos bancos de dados em grafos.

[...]

São consideradas doenças raras um grupo de 6 mil a 8 mil condições que afetam até 65 pessoas em cada 100 mil indivíduos. Mais de 13 milhões de pessoas convivem com uma dessas condições no Brasil, segundo o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. No mundo, estima-se que pelo menos 300 milhões tenham algum tipo de enfermidade do tipo. Apesar do número expressivo, o caminho até um diagnóstico correto costuma ser lento, confuso e exaustivo. Atualmente, ele é feito por meio de uma combinação de avaliação clínica, exames complementares (imagem e bioquímicos) e testes genéticos. “Muitas das síndromes raras apresentam sintomas variados e que se sobrepõem com o quadro clínico de doenças comuns, tornando o diagnóstico clínico ainda mais difícil”, explica Vanessa Montaleone, geneticista do Núcleo de Genética do Hospital Sírio-Libanês.

No Brasil, os desafios se tornam ainda maiores pelas complexidades intrínsecas ao país. Antoine Daher, presidente da Casa Hunter e da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras (Febrararas), destaca as principais dificuldades enfrentadas pelas famílias: demora no diagnóstico (em média, leva de 5 a 7 anos até se chegar a um diagnóstico correto); desinformação e falta de conhecimento adequado sobre o tema (inclusive pelos profissionais de saúde responsáveis pelo caso); custo elevado de exames genéticos, consultas especializadas e terapias de suporte; acesso desigual aos serviços de saúde para as famílias que dependem exclusivamente do SUS.

[...]

Desenvolvida há quase 20 anos pela startup Neo4j, a tecnologia de banco de dados em grafos tem como objetivo identificar e armazenar a relação entre dados – e não apenas os dados em si. “A intenção é apresentar uma conexão visual dessas relações, que funcionam como as ligações promovidas pelas sinapses do cérebro. Assim, é possível descobrir padrões ocultos e obter insights altamente conectados em tempo real”, diz o VP Latam Paulo Farias da Neo4j. Diferentemente dos bancos tradicionais, que dependem de tabelas ou esquemas fixos, os bancos em grafos utilizam nós e conexões para representar, conectar e fornecer contexto às informações de maneira mais intuitiva e flexível. “Sendo até 1.000 vezes mais rápido e consumindo menos recursos de nuvem”, expõe Farias.

No contexto das doenças raras, a tecnologia se torna uma solução que permite a pesquisadores e médicos conectar sintomas, variantes genéticas, publicações científicas e históricos clínicos em uma rede dinâmica e consultável. Isso contribui para a formulação de diagnósticos mais precisos e em menor tempo. “Levando em consideração os mais de 3 bilhões de DNA presentes no corpo humano, analisar e mapear a relação de cada um com diagnósticos, exames e medicamentos seria humanamente impossível. Sem falar nas mais de 6 mil a 8 mil doenças raras catalogadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS)”, analisa Farias. O recurso tem sido utilizado no Hospital Infantil Dr. von Hauner, na Alemanha. Para isso, foi criado o Grafo de Conhecimento Clínico (CKG), que combina tecnologia de grafos, inteligência artificial (IA) e aprendizado de máquina (ML), contendo dados de 2.500 pacientes pediátricos do país (até o momento).

[...]

Adaptado de: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/tecnologia-inspirada-no-cerebro-pode-acelerar-diagnostico-de-doencas-raras/>.

Acesso em: 10 jun. 2025.

Com base em excertos adaptados do texto de apoio, assinale a alternativa em que o uso vocabular ou ortográfico compromete a correção e a clareza do enunciado.

- O uso de tecnologia de grafos tem contribuído para a análise de padrões clínicos em grandes bases de dados.
- A startup desenvolveu uma solução neuronalizável, capaz de se ajustar aos fluxos cognitivos do paciente.
- O diagnóstico de doenças raras ainda enfrenta desafios devido à heterogeneidade de sintomas.
- A inteligência artificial tem sido integrada a protocolos clínicos com resultados promissores.
- A combinação entre algoritmos e bancos de dados relacionais torna o processo de triagem mais eficiente.

2. (Instituto AOCP – 2024) Preencha as lacunas a seguir e assinale a alternativa correta.

“João _____ ao escritório às 8 horas da manhã. Ele cumprimentou seus colegas e foi direto para sua mesa. Durante a manhã, ele _____ várias tarefas importantes e contribuiu para o progresso do projeto em que estava trabalhando.”

- chegou / realizou
- chegou / realizol
- xegou / realisou
- xegou / realisol

3. (Instituto AOCP – 2024) Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna na frase a seguir, respeitando as regras de concordância nominal e ortografia oficial.

“Aolongodaestrada,avistamosvárias _____ montanhosas.”

- serra
- serras
- serrados
- seras

MATEMÁTICA, ESTATÍSTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

→ ESTATÍSTICA - MÉDIA PARA DADOS NÃO AGRUPADOS

1. (Instituto AOCF – 2025) Um cadete foi incumbido de elaborar uma projeção de ocorrências com base em dados históricos de determinada região com alto índice de criminalidade. Após a análise de um gráfico, foi exibido o total de ocorrências registradas nos primeiros quatro meses do ano: em janeiro, foram registradas 20 ocorrências; em fevereiro, 28 ocorrências; em março, 36 ocorrências; em abril, 44 ocorrências. O comportamento analisado indica um crescimento aritmético linear de 8 ocorrências por mês. No entanto, a inteligência da corporação alerta que, para os três meses seguintes (maio, junho e julho), deve-se aplicar um ajuste de 25% de acréscimo sobre o valor estimado de cada mês, devido a eventos sazonais e ao aumento da circulação urbana. Com base nessas projeções ajustadas, qual será a média aritmética dos valores corrigidos para os meses de maio, junho e julho?

- a) 76.
- b) 75.
- c) 74.
- d) 73.
- e) 72.

2. (Instituto AOCF – 2025) Um órgão não governamental apresentou um estudo para analisar o investimento em saúde, por habitante, feito pelas prefeituras de dez cidades, em determinado período, obtendo os valores (codificados) apresentados na tabela a seguir:

CIDADE	INVESTIMENTO
A	30
B	15
C	12
D	2
E	9
F	12
G	11
H	4
I	15
J	10

Nesse caso, será calculado um índice de investimento básico na saúde, para essas dez cidades, da seguinte maneira:

1. obtém-se a média aritmética com todos os valores apresentados na tabela;
2. na sequência, são excluídos o maior e o menor valor apresentados na tabela, obtendo um novo conjunto de valores com os valores restantes da tabela;
3. obtém-se uma nova média aritmética com o novo conjunto de valores obtido no item 2;
4. o investimento básico será o resultado obtido ao se determinar a média aritmética das médias aritméticas obtidas nos itens 1 e 3.

Com base nessas informações, assinale a alternativa que apresenta o índice de investimento básico na saúde para essas dez cidades.

- a) 10.
- b) 11,5.
- c) 13.
- d) 15,5.
- e) 18.

3. (Instituto AOCF – 2025) Em uma escola, uma turma do 6º ano que tem 30 alunos foi avaliada em matemática e em português. Considerando que um aluno é aprovado em uma disciplina se obtiver nota maior ou igual a 7,0, foram aprovados 20 alunos na disciplina de matemática, 15 na de português e 10 em ambas. A média final da turma é calculada com base apenas nos alunos aprovados em pelo menos uma das disciplinas. Cada aluno aprovado em apenas uma disciplina contribui com sua nota para a média, e os alunos aprovados em ambas as disciplinas contribuem com a média aritmética de suas notas em matemática e português. Sabendo que a soma das notas dos alunos aprovados em pelo menos uma disciplina é 210, qual é a média final da turma?

- a) 7,0.
- b) 7,4.
- c) 8,0.
- d) 8,4.
- e) 9,0.

INFORMÁTICA

→ MEMÓRIAS (RAM, ROM, CACHE, HD ETC.)

1. (Instituto AACP – 2026) Nos microcomputadores, existe um tipo de memória de trabalho que armazena temporariamente os dados dos programas que estão sendo utilizados pelo usuário. Uma característica técnica dessa memória é a volatilidade, ou seja, todo o seu conteúdo é apagado automaticamente quando o computador é desligado ou reiniciado.

Essa memória é identificada pela sigla

- a) ROM.
- b) HD.
- c) USB.
- d) RAM.
- e) SSD.

2. (Instituto AACP – 2025) As memórias de computadores são componentes fundamentais responsáveis por armazenar dados e instruções necessárias para o funcionamento dos sistemas. Elas podem ser internas, integradas diretamente ao computador, ou externas, utilizadas para expandir a capacidade de armazenamento de dados de forma portátil. Além disso, as memórias classificam-se em dois grandes grupos: voláteis, que perdem seu conteúdo ao desligar o equipamento, e não voláteis, que preservam os dados mesmo sem alimentação elétrica. Considerando essas informações, assinale a alternativa que apresenta duas memórias voláteis.

- a) EEPROM (Electrically Erasable Programmable Read-Only Memory) e RAM (Random Access Memory).
- b) ROM (Read-Only Memory) e EEPROM (Electrically Erasable Programmable Read-Only Memory).
- c) RAM (Random Access Memory) e Memória Cache.
- d) Memória Flash e Memória Cache.
- e) ROM (Read-Only Memory) e Memória Flash.

3. (Instituto AACP – 2025) As memórias de computadores podem ser classificadas em voláteis e não voláteis, dependendo de manterem ou não os dados armazenados após a ausência de energia elétrica. Memórias voláteis perdem as informações quando o computador é desligado, enquanto memórias não voláteis preservam os dados mesmo sem energia. Nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta um exemplo de memória volátil.

- a) Firmware.
- b) UEFI (Unified Extensible Firmware Interface).
- c) HD (Hard Disk Drive).
- d) Memória RAM (Random Access Memory) DDR5 (Double Data Rate 5).
- e) SSD (Solid State Drive).

4. (Instituto AACP – 2024) Um servidor da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, em um dia comum de trabalho, precisa acessar um documento importante armazenado em um pen drive, porém, ao inserir o dispositivo em um dos computadores da Defensoria, ele percebe que o pen drive não é reconhecido pelo sistema. Diante dessa situação, o servidor, para tentar resolver o problema, deve primeiramente

- a) reformatar o pen drive imediatamente para corrigir possíveis erros.
- b) remover e reinserir o pen drive em uma porta USB diferente.
- c) abrir o pen drive em outro computador, preferencialmente em outro local físico, para verificar se o problema é com o pen drive ou com o computador da Defensoria.
- d) desligar e religar o computador, sem tomar outras medidas.
- e) excluir todos os arquivos temporários do computador a fim de liberar espaço, sem analisar previamente defeitos no pen drive.

5. (Instituto AACP – 2022) Em relação aos conceitos básicos de Hardware, assinale a alternativa correta.

- a) Os discos de estado sólido (SSD) são dispositivos de armazenamento não-volátil.
- b) A memória CACHE é caracterizada como sendo somente de leitura, e suas informações são armazenadas pelo fabricante da placa mãe.
- c) A memória EPROM faz parte dos processadores modernos, sendo classificada como volátil.
- d) A sigla SATA define um tipo de memória RAM.
- e) A memória CACHE é um tipo de memória secundária, enquanto o HD é um tipo de memória primária.

→ BARRAMENTOS, PLACA-MÃE E BIOS

6. (Instituto AACP – 2024) Assinale a alternativa correta sobre a placa-mãe.

- a) A placa-mãe é um componente que não possui nenhum papel na comunicação entre os diferentes componentes do computador.
- b) A placa-mãe é responsável apenas pelo armazenamento de dados no computador.
- c) A placa-mãe é um circuito impresso que permite a comunicação entre o processador, a memória RAM, os discos rígidos e outros componentes periféricos.
- d) A placa-mãe é um componente que só pode ser encontrado em computadores desktop, não em laptops.

DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS

→ DIREITO CONSTITUCIONAL (CF/1988 E DOCTRINA) - DIREITO CONSTITUCIONAL: CONCEITO E FONTES. ESTADO, POVO, TERRITÓRIO, ETC.

1. (Instituto AACP – 2025) O Estado é uma organização dotada de poder, composta por elementos estruturais como governo, burocracia, forças armadas, ordenamento jurídico e sociedade civil. Sua função principal é manter a ordem dentro de um território definido, garantindo direitos, legislando e tributando. No capitalismo contemporâneo, o poder político deriva da sociedade civil, e o grau de democracia em um sistema político influencia diretamente a transformação da população em cidadãos com direitos políticos efetivos e iguais. Em relação ao papel do Estado e sua relação com a sociedade civil, assinale a alternativa correta.

- a) O Estado, em sua estrutura política, é composto apenas por elementos institucionais como governo, forças armadas e burocracia, o que não abrange o povo.
- b) No capitalismo contemporâneo, o poder político do Estado é exercido exclusivamente pelo governo e pela burocracia, pensando na relação da demanda do mercado econômico.
- c) O caráter democrático de um sistema político influencia a transformação da população em um povo, entendido como cidadãos com direitos políticos efetivos e teoricamente iguais.
- d) O Estado exerce seu poder sobre a sociedade civil, que é entendida como o objeto de suas ações e decisões.
- e) No contexto da organização estatal, o ordenamento jurídico é restrito às instituições públicas, não exercendo influência direta sobre a sociedade como um todo.

2. (Instituto AACP – 2025) O Estado brasileiro é estruturado juridicamente como uma República Federativa composta pela união indissociável dos entes federativos. Dentro dessa configuração, é fundamental compreender as distinções conceituais entre Estado, Governo e Administração Pública, elementos frequentemente confundidos no exercício da gestão pública. A clareza desses conceitos é essencial à atuação dos agentes públicos e à organização dos poderes, competências e limitações constitucionais. Em relação ao tema, assinale a alternativa correta.

- a) O Estado é um ente transitório e limitado à vontade popular expressa nas eleições; assim, ele é substituído a cada novo partido político que assume a gestão do cargo executivo em uma eleição democrática.
- b) Governo e Administração Pública são expressões equivalentes, pois ambos representam o exercício das atividades políticas e administrativas em nome do Estado, não havendo distinção de natureza entre essas funções.

- c) A Administração Pública corresponde aos órgãos e entidades que integram o poder executivo, estando no exercício das funções de governo; os demais são produtos de outra lógica gerencial.
- d) O Estado é a relação soberana e jurídica do território, ao passo que o governo é o conjunto diretivo temporário que exerce função política em nome do Estado.
- e) A Administração Pública, por representar a totalidade do Estado, possui poder soberano e ilimitado, sendo responsável por legislar, julgar e executar.

→ FORMAS DE ESTADO E GOVERNO, SISTEMAS DE GOVERNO, SEPARAÇÃO DE PODERES. FREIO E CONTRAPESOS

3. (Instituto AACP – 2024) A expressão “governo” pode ser usada para designar o conjunto de órgãos constitucionais responsáveis pela função política do Estado. Sobre os sistemas e as formas de governo, assinale a alternativa correta.

- a) No presidencialismo, predomina o princípio da divisão dos Poderes, os quais devem ser dependentes e harmônicos entre si.
- b) O parlamentarismo é o sistema de governo em que há, obrigatoriamente, uma colaboração entre os Poderes Executivo e Legislativo.
- c) A república é a forma de governo caracterizada pela eletividade e pela temporalidade dos mandatos do Chefe do Poder Executivo.
- d) A monarquia é caracterizada pela hereditariedade e vitaliciedade, com o dever de prestação de contas do monarca ao parlamento.
- e) No parlamentarismo, o Primeiro-Ministro é indicado pelo Presidente da República, que decide acerca de sua permanência no cargo.

4. (Instituto AACP – 2022) Afirma-se que há “ativismo congressional” quando

- a) o Poder Legislativo, na sua função de regulamentar os dispositivos constitucionais, dá interpretações criativas a tais dispositivos, que destoam dos limites semânticos da norma regulamentada.
- b) o Poder Legislativo age rapidamente a respeito de determinado comando constitucional, não havendo omissão que possa justificar eventual ativismo judicial.

DIREITO ADMINISTRATIVO

→ ORIGEM, CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (Instituto AACP – 2024) “[...] o Direito Administrativo deve ser conceituado como sistema de princípios jurídicos que regula as atividades do Estado para cumprimento de seus fins.”

Considerando as diversas correntes que buscam a definição de Direito Administrativo, é correto afirmar que o conceito apresentado representa o critério

- a) das relações jurídicas.
- b) teleológico.
- c) legalista.
- d) do Poder Executivo.
- e) do serviço público.

2. (Instituto AACP – 2024) O direito administrativo pode ser definido como o conjunto harmônico de princípios jurídicos que regem os órgãos, os agentes e as atividades públicas tendentes a realizar concreta, direta e imediatamente os fins desejados pelo Estado. Desse modo, no que concerne ao objeto do direito administrativo, assinale a alternativa correta.

- a) Quando a administração pública faz parte de uma relação jurídica sem estar revestida pela qualidade de poder público, tal relação ainda assim será regida pelo direito público, com a finalidade de proteger a administração pública.
- b) Não são objeto do direito administrativo as atividades de administração pública que são exercidas por particulares, em razão da natureza do serviço prestado e de seu prestador.
- c) O objeto do direito administrativo abrange todas as relações internas à administração pública e todas as relações entre a administração pública e os administrados, desde que regidas pelo direito público.
- d) As atividades da administração pública em sentido material, exercidas por particulares sob regime de direito público, como as prestações de serviços públicos mediante contratos de concessão, são abrangidas pelo objeto do direito administrativo.
- e) A atividade da administração pública é função típica do Poder Executivo, não podendo os outros Poderes (Legislativo e Judiciário) praticarem atos que, por sua natureza, sejam objeto do direito administrativo.

→ PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS

3. (Instituto AACP – 2026) Um servidor público utilizou, em uma publicação realizada em perfil pessoal de rede social, a logomarca oficial do órgão ao qual está vinculado, com o objetivo de manifestar posicionamento individual contrário a uma decisão administrativa interna. Considerando os princípios que regem a Administração Pública e a vedação ao uso de símbolos oficiais para fins particulares, é correto afirmar que a conduta desse servidor

- a) foi adequada, por ter sido realizada em perfil pessoal e conta privada.
- b) seria aceitável, desde que não contivesse ofensas a outros servidores.
- c) seria correta, se estivesse alinhada ao interesse público e à transparência, com informações verídicas.
- d) seria permitida, desde que não houvesse divulgação de informações sigilosas e estivesse em perfil privado.
- e) foi inadequada, por utilizar imagem oficial do órgão ao emitir comentários em redes sociais, ainda que em conta particular, atingindo a imagem institucional.

4. (Instituto AACP – 2025) Os princípios da Administração Pública norteiam a atuação dos agentes públicos e garantem a legalidade, transparência e eficiência na gestão dos recursos públicos. Além dos princípios explícitos, a doutrina e a jurisprudência também reconhecem princípios implícitos que complementam a atuação administrativa. A respeito dos princípios da Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O princípio da impessoalidade determina que a Administração Pública deve tratar todos os administrados de forma isonômica, vedando qualquer favorecimento ou discriminação indevida.
- b) O princípio da publicidade exige que todos os atos administrativos sejam amplamente divulgados, sem exceção, garantindo acesso irrestrito às informações públicas.
- c) O princípio da moralidade impõe que os atos administrativos devem respeitar padrões éticos e de probidade, considerando não apenas a legalidade formal mas também a adequação moral das decisões.
- d) O princípio da eficiência busca garantir que a Administração Pública atue com produtividade e qualidade na prestação dos serviços públicos, otimizando recursos e reduzindo desperdícios.
- e) O princípio da legalidade estabelece que o administrador público só pode atuar conforme a lei, diferentemente dos particulares, que podem fazer tudo o que a lei não proíbe.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

→ CONCEITOS, OBJETO, TEORIAS E EVOLUÇÃO DO DIREITO PENAL

1. (Instituto AACP – 2023) Um dos conceitos mais importantes da ciência jurídico-penal contemporânea é aquele de bem jurídico-penal. Nesse sentido, assinale a alternativa que descreve corretamente as relações entre o bem jurídico-penal e a constituição.

- a) A Constituição do Estado é o instrumento apto a revelar os bens jurídicos dignos de tutela penal, porque é nela que, explícita ou implicitamente, estipulam-se os bens, valores ou interesses imprescindíveis à preservação da sociedade e ao adequado desenvolvimento da personalidade de seus integrantes.
- b) A dignidade constitucional do bem jurídico implica que o legislador ordinário tem o dever de promover a sua tutela através do direito penal, constituindo-se assim um bem jurídico-penal, e a sua inércia poderá ser sanada mediante mandado de injunção.
- c) O conceito de bem jurídico-penal tem base na constituição na medida em que é apenas o legislador constitucional que pode atestar a necessidade de intervenção estatal em favor da proteção de um determinado bem jurídico e, dessa maneira, criar um bem jurídico-penal que servirá de fundamento para a criminalização das condutas que o ofenderem ou o colocarem em risco.
- d) O conceito de bem jurídico-penal foi desenvolvido na tradição jusnaturalista e, assim, não se relaciona com a ordem jurídica positiva estabelecida pela constituição, servindo apenas como critério de validação ética de normas penais numa ordem liberal-democrática. De tal forma, ainda que o bem jurídico-penal seja válido como orientação de política criminal, ele se encontra limitado pela constituição.
- e) O princípio da dignidade da pessoa humana é o único dispositivo constitucional que se relaciona com o conceito de bem jurídico-penal e seu conteúdo orienta o direito penal no sentido da humanização. Dessa forma, o bem jurídico único e central que o direito penal deve perseguir é a dignidade humana.

→ PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E ANTERIORIDADE PENAL E DEMAIS PRINCÍPIOS DECORRENTES (ART. 1º DO CP)

2. (Instituto AACP – 2024) Manuel é legislador federal e, impactado com determinados crimes cibernéticos que ocorrem na sociedade, decide apresentar um projeto de lei para a criação de um novo tipo criminoso assim preceituado: “causar perplexidade na internet”. A pena do delito varia de um a três anos de detenção. Sobre esse projeto, é correto dizer que ele pode violar o princípio penal da

- a) moralidade.

- b) anterioridade.
- c) taxatividade.
- d) irretroatividade.
- e) subsidiariedade.

→ PRINCÍPIOS MODERNOS DE DIREITO PENAL

3. (Instituto AACP – 2023) O direito penal é um ramo do direito público que tem como finalidade a regulamentação do ius puniendi estatal, ou o poder punitivo do Estado. Enquanto objeto de conhecimento, o direito penal é composto primordialmente de normas promulgadas pelo legislador para definir crimes e estabelecer as consequentes penalidades. Enquanto campo do conhecimento, o direito penal estrutura-se com base em alguns princípios. Considerando o conceito de direito penal descrito, analise as seguintes afirmações e assinale a alternativa correta.

- a) O princípio da lesividade estabelece que a sanção penal prescrita para a infração cometida deve ser proporcional à lesão cometida pelo agente por meio de uma conduta definida como crime.
- b) O princípio da legalidade estabelece que todo o conteúdo do direito penal aplicável deve estar contido em normas positivas estabelecidas pelo Estado, sendo vedado o uso de qualquer princípio ou comando normativo que não esteja contido expressamente na legislação.
- c) O princípio da personalidade estabelece que a pena de uma conduta definida como crime, ao ser aplicada a alguém, deve ser adaptada às suas características pessoais, ao seu grau de culpabilidade e ao grau de reprovabilidade da conduta.
- d) O princípio da individualização da pena estabelece que a punição não pode ultrapassar a pessoa do indivíduo que foi condenado pela prática de uma conduta definida como crime.
- e) O princípio da taxatividade estabelece que os tipos penais que definem condutas puníveis devem ser elaborados de forma suficientemente clara e precisa, de modo a não deixar dúvidas por parte do destinatário da norma.

→ CONFLITOS DE LEIS PENAIS NO TEMPO (ARTS. 1º E 2º DO CP)

4. (Instituto AACP – 2023) Em relação à lei penal no tempo, assinale a alternativa correta.

- a) Na hipótese de crime permanente, aplica-se a pena vigente no momento da privação da liberdade da vítima, ainda que outra pena, mais gravosa, esteja em vigor no momento da libertação da vítima.

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

→ DIREITO CIVIL - DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE (ARTS. 1º A 10)

1. (Instituto AACP – 2024) De acordo com o Código Civil e o entendimento dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.

- a) Far-se-á averbação em registro público da sentença declaratória de ausência e de morte presumida.
- b) Depende de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais.
- c) A pretensão de reconhecimento de ofensa a direito da personalidade é imprescritível.
- d) No âmbito do abuso da personalidade jurídica, entende-se por desvio de finalidade a ausência de separação de fato entre os patrimônios da sociedade e do sócio/administrador.
- e) A prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado, sendo que a interrupção produzida contra o principal devedor não prejudica o fiador.

2. (Instituto AACP – 2024) Conforme o Código Civil, far-se-á averbação em registro público:

- a) dos atos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação.
- b) dos nascimentos, casamentos e óbitos.
- c) da sentença declaratória de ausência e de morte presumida.
- d) da interdição por incapacidade absoluta ou relativa.
- e) das sentenças que decretarem a nulidade ou anulação do casamento, o divórcio, a separação judicial, o restabelecimento da sociedade conjugal e a morte presumida.

3. (Instituto AACP – 2022) Josefa procura a Defensoria Pública afirmando que seu companheiro, José, foi diagnosticado com mal de Alzheimer. Narra também que José tem um filho, João, criança que está sob a guarda de fato da mãe, Maria. Diante dessa situação hipotética e com base no Código Civil, no Estatuto da pessoa com deficiência (Lei nº 13.146/2015) e na jurisprudência do STJ sobre o tema, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

I. José é absolutamente incapaz.

II. José poderá se casar, exercer direitos sexuais e reprodutivos e exercerá o direito à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

III. Em caso de ação de regulamentação de convivência familiar intentada por Maria nos interesses de João, o juiz deverá suspender a convivência com José pela segurança da criança.

IV. É possível a José valer-se do processo da tomada de decisão apoiada, pelo qual a pessoa com deficiência elege pelo menos 2 (duas) pessoas idôneas, com as quais mantenha vínculos e que gozem de sua confiança, para prestar-lhe apoio na tomada de

decisão sobre atos da vida civil, fornecendo-lhes os elementos e informações necessários para que possa exercer sua capacidade.

- a) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- b) Apenas a assertiva IV está correta.
- c) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

→ DISPOSIÇÕES GERAIS - PESSOAS JURÍDICAS (ARTS. 40 A 52)

4. (Instituto AACP – 2025) De acordo com o disposto no Código Civil, são pessoas jurídicas de direito público interno:

- a) as organizações religiosas e os Estados.
- b) as sociedades e os Municípios.
- c) as associações públicas e os partidos políticos.
- d) as entidades de caráter público criadas por lei e as autarquias.
- e) os partidos políticos e os empreendimentos de economia solidária.

5. (Instituto AACP – 2025) Acerca da interpretação jurídica conferida pela doutrina quanto às disposições do Código Civil, especificamente no que se refere às pessoas jurídicas, é correto afirmar que

- a) é unânime o entendimento doutrinário de que os partidos políticos possuem natureza associativa, na forma disciplinada no Código Civil.
- b) a doutrina reconhece, atualmente, que os partidos políticos devem ser tratados como corporações sui generis ou especiais, e não como mera associação civil.
- c) a mudança para a natureza não associativa das entidades religiosas é apontada pela doutrina como consequência de uma necessidade de transformação de cunho jurídico.
- d) o rol de pessoas jurídicas apresentado no Código Civil não admite ampliação, ou seja, possui cunho exaustivo numerus clausus.
- e) é consenso doutrinário que as entidades religiosas não possuem natureza associativa.

6. (Instituto AACP – 2024) De acordo com o disposto no Código Civil vigente (Lei no 10.406/2002), são pessoas jurídicas de direito público interno, EXCETO

- a) a União.
- b) os Estados e o Distrito Federal.

LEI DE LICITAÇÕES

→ DIREITO ADMINISTRATIVO (DOCTRINA E LEIS FEDERAIS) - DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO, DEFINIÇÕES E AGENTES PÚBLICOS (ARTS. 1º A 4º, 6º A 10 DA LEI Nº 14.133/2021)

1. (Instituto AOCF – 2025) De acordo com a atual Lei de licitações e contratos administrativos (Lei nº 14.133/2021), é correto afirmar que

- a) a modalidade de convite é uma das modalidades de licitação.
- b) a referida lei eliminou a necessidade de justificativa para a contratação direta, permitindo que a Administração Pública contrate livremente sem licitação.
- c) a contratação integrada é o regime de contratação de mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais.
- d) o pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.
- e) a contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo e total é denominada empreitada por preço unitário.

2. (Instituto AOCF – 2025) O Ministério Público recebeu denúncia questionando cláusulas de um edital de obra pública estadual, parcialmente financiada por organismo internacional. Entre os problemas apontados, estão:

- critérios de julgamento baseados apenas em normas técnicas estrangeiras, sem referência aos padrões nacionais;
- ausência de parecer jurídico prévio sobre a adoção dessas normas;
- exigências que limitam a participação de empresas locais em favor de fornecedores já cadastrados pelo organismo internacional;
- restrição ao regime de “contratação integrada”, sem análise técnica prévia.

Considerando a Lei nº 14.133/2021, a respeito de contratações com financiamento internacional, é correto afirmar que

- a) o ente público pode adotar livremente regras estrangeiras, dispensando parecer jurídico, desde que o contrato de empréstimo tenha aprovação do congresso.
- b) é admissível adotar condições do financiador, mesmo que restrinjam a competitividade local, desde que previstas no contrato de empréstimo, compatíveis com a constituição e com parecer jurídico favorável prévio.
- c) a exigência de “contratação integrada” só seria válida com projeto básico elaborado, sendo vedado o uso de anteprojecto nesses casos.
- d) a ausência de parecer jurídico não compromete a regularidade da licitação, se o edital indicar que as exigências vêm do contrato internacional.
- e) normas estrangeiras só poderiam ser usadas se a modalidade fosse diálogo competitivo, por se tratar de contratação inovadora.

3. (Instituto AOCF – 2024) Em consideração à Lei no 14.133/2021, o projeto básico deve conter alguns elementos, dentre os quais cita-se o orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados. O orçamento detalhado não é obrigatório estar contido no projeto básico para o regime de execução previsto na

- a) empreitada por preço unitário.
- b) empreitada por preço global.
- c) empreitada integral.
- d) contratação por tarefa.
- e) contratação integrada.

4. (Instituto AOCF – 2024) A Lei nº 14.133/2021 detalha o âmbito de aplicação das normas de licitação e contratação para diferentes órgãos e entidades. Segundo essa lei, a qual procedimento as repartições públicas sediadas no exterior devem obedecer?

- a) Seguir as normas locais do país onde estão sediadas.
- b) Equilibrar as peculiaridades locais com os princípios básicos da lei brasileira.
- c) Adotar as normas da Lei nº 14.133 sem adaptações.
- d) Estar em conformidade com acordos internacionais e tratados ratificados pelo Brasil.
- e) Basear-se unicamente em pareceres de agências de cooperação estrangeira.

5. (Instituto AOCF – 2023) De acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), a pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, que participa ou manifesta a intenção de participar de processo licitatório, sendo-lhe equiparável, para os fins da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o fornecedor ou o prestador de serviço que, em atendimento à solicitação da Administração, oferece proposta, é denominada

- a) contratado.
- b) licitante.
- c) autoridade.
- d) contratante.
- e) administração pública.

6. (Instituto AOCF – 2023) Na qualidade de agente público do IFMA, você pode ser designado para o desempenho das funções essenciais à execução da Lei de Licitações, desde que preencha preferencialmente, dentre outros, o seguinte requisito:

- a) ser empregado público com contrato temporário.
- b) ser servidor efetivo da administração pública.
- c) ser empregado privado vinculado à licitante.
- d) ser servidor efetivo companheiro de licitante.
- e) ser empregado público vinculado à licitante.

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA E AFO

→ ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA - ORGANIZAÇÃO (INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO)

1. (Instituto AOCF – 2026) Considere que a SES/SC iniciou um processo de revisão de seus contratos e parcerias para melhorar a eficiência dos serviços prestados à população. Durante o diagnóstico realizado por uma equipe técnica, foram identificadas as seguintes situações:

1. Novas normas federais de vigilância sanitária alteraram critérios para aquisição de medicamentos, exigindo revisão dos processos internos da SES/SC.
2. O aumento do fluxo migratório para determinadas regiões do estado elevou significativamente a demanda por atendimentos nos hospitais da rede estadual.
3. Empresas fornecedoras de insumos hospitalares atrasaram entregas essenciais, comprometendo a rotina dos serviços de urgência.

Considerando a classificação dos ambientes organizacionais (ambiente geral e ambiente de tarefa), assinale a alternativa que apresenta a análise correta dessas situações.

- a) Os itens 1 e 2 pertencem ao ambiente de tarefa, e o item 3 pertence ao ambiente geral.
- b) O item 1 pertence ao ambiente geral, e os itens 2 e 3 pertencem ao ambiente de tarefa.
- c) Os itens 1 e 3 pertencem ao ambiente interno, e o item 2 pertence ao ambiente de tarefa.
- d) Os itens 2 e 3 pertencem ao ambiente geral, e o item 1 pertence ao ambiente interno.
- e) Os itens 1, 2 e 3 pertencem ao ambiente geral.

Administração

2. (Instituto AOCF – 2024) Qual é o conceito de administração que estuda e sistematiza as práticas usadas para administrar?

- a) Conceito de administração como decisão.
- b) Conceito de administração de como gerencia.
- c) Conceito de administração como projeção.
- d) Conceito de administração como processo.
- e) Conceito de administração como ciência social.

Administrador

3. (Instituto AOCF – 2024) Como administrador da Sanepar, você foi designado para ser o gerente da administração da qualidade e sabe que a qualidade é uma responsabilidade de todos. Nesse contexto, as atividades concernentes ao seu papel de gerente são:

- a) dispor e colaborar.
- b) mandar e controlar.

- c) coordenar e orientar.
- d) valorizar e regulamentar.
- e) desempenhar e aproveitar.

→ PROCESSO ORGANIZACIONAL E FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS

4. (Instituto AOCF – 2025) A administração é composta por funções básicas que orientam a atuação dos gestores e garantem a eficácia dos processos organizacionais. Essas funções são fundamentais para o sucesso das empresas e para a execução eficiente de suas estratégias. Considerando essas funções, é correto afirmar que

- a) o planejamento consiste na definição de metas financeiras, uma vez que o objetivo de uma empresa é o lucro. Outros aspectos funcionais não exigem um planejamento detalhado.
- b) o controle ocorre antes da execução das atividades, sendo responsável exclusivamente pelo monitoramento prévio das operações empresariais.
- c) a organização envolve a estruturação dos recursos disponíveis, a alocação de tarefas e a definição de responsabilidades, garantindo que os objetivos sejam alcançados de forma eficiente.
- d) a direção está relacionada à análise financeira da organização, sendo voltada para indicar o fluxo dos recursos monetários. Nesse sentido, é a direção que viabiliza o lucro.
- e) enquanto o controle identifica os erros e penaliza os responsáveis, a organização produz o objetivo, para a viabilidade de melhorias no desempenho organizacional.

→ ACCOUNTABILITY E TRANSPARÊNCIA

5. (Instituto AOCF – 2026) Preencha as lacunas e assinale a alternativa correta.

O Departamento de Recursos Humanos de uma universidade está preparando um treinamento para atualizar os colaboradores a respeito de temas fundamentais de gestão pública. Nesse contexto, o administrador dessa universidade contribuiu explicando que, enquanto _____ representa o conjunto de mecanismos e procedimentos que levam os decisores governamentais a prestarem contas dos resultados de suas ações, _____ diz respeito à forma como as corporações são administradas.

- a) compliance / governabilidade
- b) accountability / governança corporativa
- c) governabilidade / accountability
- d) accountability / governabilidade
- e) compliance / governança corporativa

REDAÇÃO OFICIAL

→ DEFINIÇÃO E ATRIBUTOS DA REDAÇÃO OFICIAL

1. (Instituto AACP – 2025) Segundo o Manual de Redação da Presidência da República, os textos oficiais devem observar determinados padrões linguísticos e estruturais. Sobre a Redação Oficial, assinale a alternativa correta.

- a) A Redação Oficial deve priorizar a clareza e a objetividade, evitando ambiguidades, juízos subjetivos e o uso de termos coloquiais.
- b) O uso de adjetivações e opiniões pessoais é incentivado nos textos oficiais para criar proximidade com o(a) leitor(a).
- c) Figuras de linguagem e metáforas são recursos recomendados em textos oficiais, pois tornam o conteúdo mais solidificado.
- d) A Redação Oficial deve se adaptar às variações regionais da língua, mesmo que isso comprometa a uniformidade textual.
- e) Em campanhas de massa, é aceitável renunciar à norma-padrão para adotar linguagem informal e popular.

2. (Instituto AACP – 2025) De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, são atributos da redação oficial:

- a) estilo e zelo; originalidade; concisão; coesão e coerência; impessoalidade; formalidade e padronização; e uso da norma-padrão da língua portuguesa.
- b) estilo e precisão; objetividade; detalhamento; coesão e coerência; impessoalidade; formalidade e padronização; e uso da norma-padrão da língua portuguesa.
- c) clareza e suficiência; subjetividade; detalhamento; coesão e coerência; pessoalidade; informalidade e padronização; e uso da norma-padrão da língua portuguesa.
- d) clareza e precisão; originalidade; coesão e coerência; pessoalidade; formalidade e padronização; e uso da norma-padrão da língua portuguesa.
- e) clareza e precisão; objetividade; concisão; coesão e coerência; impessoalidade; formalidade e padronização; e uso da norma-padrão da língua portuguesa.

3. (Instituto AACP – 2025) Na escrita da redação oficial, para que se faça valer os atributos da clareza e da precisão, NÃO se sugere

- a) utilizar palavras e expressões simples, em seu sentido comum.
- b) explicitar o significado da sigla na primeira referência a ela.
- c) utilizar frases longas e com estrutura complexa.
- d) buscar a uniformidade do tempo verbal em todo o texto.
- e) evitar o emprego de sinonímia com propósito meramente estilístico.

4. (Instituto AACP – 2025) Durante a revisão de um memorando interno, um assistente administrativo identificou que a linguagem utilizada pelo setor técnico era excessivamente técnica e dificultava a compreensão dos demais setores da universidade.

Ao revisar o texto, ele reescreveu trechos com termos mais claros e linguagem acessível, mantendo a fidelidade ao conteúdo original. Essa ação contribuiu para

- a) ocultar informações relevantes da mensagem para evitar ruídos na comunicação.
- b) garantir consonância entre a intenção do emissor e a compreensão dos destinatários.
- c) impor uma padronização textual, mesmo que alterando o conteúdo da mensagem original.
- d) substituir a linguagem formal da instituição por uma linguagem coloquial e informal.
- e) eliminar a necessidade de treinamento dos servidores quanto à interpretação de textos técnicos.

5. (Instituto AACP – 2024)

Pesquisa mostra que 95% das crianças e adolescentes acessam internet

O número de crianças e adolescentes com acesso à internet se manteve com certa estabilidade, com um pequeno crescimento em 2023, apontou a pesquisa TIC Kids Online Brasil, do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), que foi divulgada hoje (25/10/2023).

Segundo esse estudo, 95% das crianças e adolescentes entre 9 e 17 anos de todo o país acessam a internet, o que corresponde a mais de 25,1 milhões de pessoas nessa faixa etária. No entanto, a pesquisa também demonstrou que ainda há uma parte desse público que jamais teve acesso à internet. Embora o número tenha caído em relação a 2022, corresponde atualmente a mais de 580 mil pessoas. Em 2022, a população com acesso à internet correspondia a 92% ou aproximadamente 24,4 milhões nessa faixa etária. Já os que nunca tiveram acesso à internet correspondiam a 940 mil pessoas.


Entre os que disseram nunca ter acessado a internet na pesquisa atual, mais de 475 mil correspondem a crianças e adolescentes que compõem as classes D e E, o que demonstra que há desigualdades no acesso. As crianças e adolescentes das classes D e E também são a maioria entre os que já acessaram a internet, mas não o fizeram recentemente: 545 mil dessas crianças e adolescentes das classes mais baixas disseram não ter acessado a internet nos últimos três meses, um total de 867 mil.

O estudo, conduzido pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), ligado ao Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), apontou ainda que, em 24% do total de casos, o primeiro acesso à internet aconteceu antes dos seis anos de idade. Em 2015, esse primeiro acesso à internet acontecia mais tarde: apenas 11% das crianças tinham até seis anos de idade quando acessaram a internet pela primeira vez. Em 2015, o primeiro acesso à internet acontecia geralmente aos 10 anos (16%).

Adaptado de: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-10/pesquisa-mostra-que-95-das-criancas-e-adolescentes-acessam-internet>. Acesso em: 19 nov. 2023


Analise o trecho a seguir.

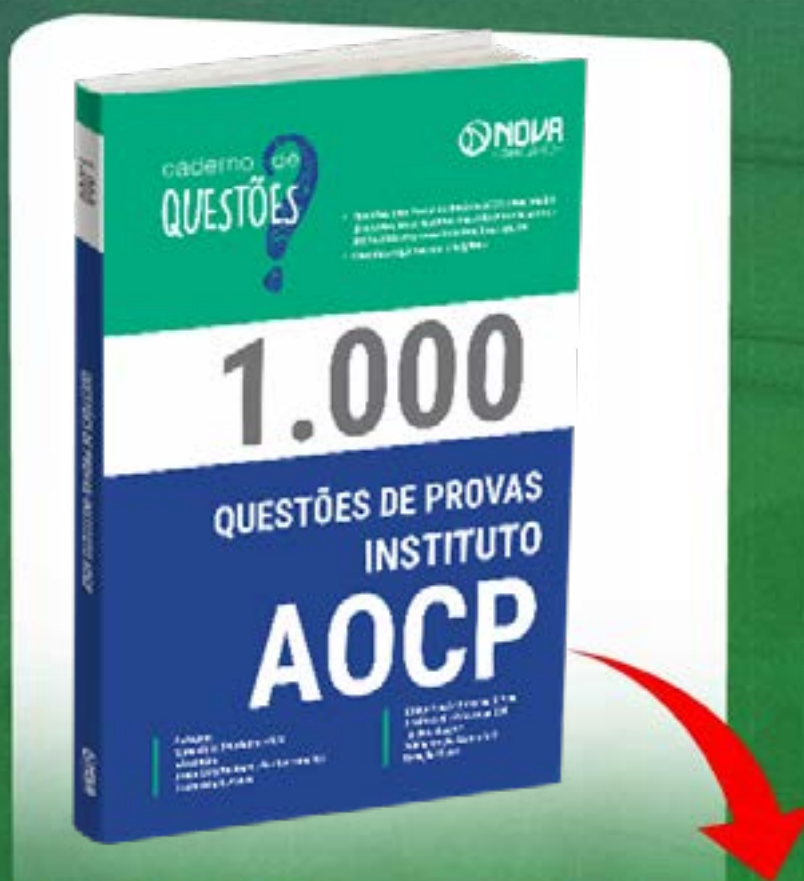
MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

[ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO](#)